



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA



DESPACHO DE RECEBIMENTO DE PROJETO E ENCAMINHAMENTO ÀS COMISSÕES

RECEBO o **Projeto de Lei nº 44/2024** – Apresentado pela vereadora Sibeles Santos de Freitas, por preencher os requisitos legais. Observa-se o atendimento à técnica legislativa.

Determino à Secretaria da Casa que envie a Matéria Legislativa para as Comissões competentes para análise dentro dos prazos regimentais.

Após o esgotamento dos prazos regimentais, com ou sem análises das comissões; seja a matéria devolvida à presidência.

Publique a matéria no mural da Câmara. Cumpra-se.

Buritis, 18 de junho de 2024

Wendel Abadia Durães Teixeira

Presidente da Câmara Municipal de Buritis MG



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

OF/SCM/45/2024

Distribuição de avulsos

Buritis-MG, 20 de junho de 2024

Aos Ilmos. Srs. Vereadores
Câmara Municipal de Buritis/MG

Senhores Vereadores,



Cumprindo determinação do Presidente da Câmara distribuo cópias avulsa das seguintes matérias legislativas:

1. **Projeto de Lei 43/2024** – Institui a identificação e veículo de transporte de pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA De autoria da vereadora Sibele Freitas.
2. **Projeto de Lei 44/2024** – Dispõe sobre o reconhecimento da retroatividade do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista – TEA, para determinar que atestados ou laudos que comprovem a existência de condição irreversível possuam validade indeterminada. De autoria da vereadora Sibele Freitas.
3. **Projeto de Lei 14/2024** – Adequa os vencimentos do cargo de Contador I e Contador II e dá outras providências.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Andressa Alves Brandão
Assistente Administrativo

Recebimento:

Professora Sibele Freitas	<u>Costa</u>	em 20/06/2024
Faguinho da Padaria	<u>Valéria Alves Soares</u>	em 20/06/2024
Nílvia Prisco	<u>Marina Aparecida dos Reis May Batista</u>	em 20/06/2024
Professor Branquinho	<u>Leandro Custódio</u>	em 20/06/2024
Ozanan	<u>João</u>	em 20/06/2024
Flávio Galvão	<u>Elaine Rosa</u>	em 20/06/2024
Geldo da Mariquita	<u>Hildete Queiroz</u>	em 20/06/2024
Wania Araujo	<u>Millena Barbosa</u>	em 20/06/2024



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

MATÉRIA LEGISLATIVA: Projeto de Lei nº 44/2024 – Dispõe sobre o reconhecimento da retroatividade do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista – TEA, para determinar que atestados ou laudos que comprovem a existência de condição irreversível possuam validade indeterminada.

O Presidente da Comissão acima identificada, no uso da atribuição que lhe confere o art. 123, V, VI, da Resolução 094, de 22 de dezembro de 1998. **DESIGNA**, a vereadora **Nilvia Prisco Damasceno de Moura** para relatora da proposição epigrafada, distribuindo-a, na forma de avulso, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2024

Ozanan José Joaquim
Presidente da Comissão

CIENTE EM: 25 de junho de 2024

Nilvia Prisco Damasceno de Moura
Relatora Designada



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER Nº 23 /2024

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI Nº 044/2024

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DA RETROATIVIDADE DO DIAGNÓSTICO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-TEA, PARA DETERMINAS QUE ATESTADOS OU LAUDOS QUE COMPROVEM A EXISTÊNCIA DE CONDIÇÃO IRREVERSÍVEL POSSUAM VALIDADE INDETERMINADA.

AUTOR: VEREADORA SIBELE DOS SANTOS FREITAS

RELATOR: VER. NÍLVIA PRISCO DAMASCENO DE MOURA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
Estado de Minas Gerais
Protocolado sob o nº 96, no livro próprio,
sob a folha de nº 04, em 05 de
08 de 2024, às 08:30 hs
[Assinatura]

Chega para análise o Projeto de Lei nº 044/2024 de autoria da Vereadora Sibele Santos de Freitas, que dispõe sobre o reconhecimento da retroatividade do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista-TEA, para determinas que atestados ou laudos que comprovem a existência de condição irreversível possuam validade indeterminada.

Em 24/06/2024 foi distribuída a proposição em forma de avulso, para a Comissão de legislação e justiça e redação, sendo nesta data nomeado relator.

O presente Projeto de Lei consta de 06(seis) artigos.

FUNDAMENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei está amparado no art. 105, I, “a” do Regimento Interno desta Casa de Lei.

A matéria legislativa vias a proteção e a humanização de pessoa com transtorno do espectro autista-TEA, com o escopo de eliminar processos burocráticos de exigências frequentes de renovação de laudos médicos, na medida em que o diagnóstico do TEA é irreversível, mesmo com a variação de intensidade do quadro.

A lei municipal nº1396/2018, instituiu a Política Municipal de Proteção dos Direitos da pessoa com transtorno do espectro do Autismo, e nesta seara temos as diretrizes legais que protegem a integridade da pessoa com transtorno do espectro autista. Embora um diagnóstico de TEA possa ser retroativamente reconhecido, é importante ressaltar que a condição pode variar em intensidade ao longo do tempo e que a avaliação médica continua sendo necessária para determinar a extensão das necessidades e suportes requeridos pelo indivíduo. Reconhecer a retroatividade do diagnóstico de TEA para fins de validade indeterminada de atestados de laudos que comprovem a existência de deficiência irreversível está em consonância com o interesse público de proteção aos direitos das pessoas com deficiência e garantia de sua dignidade e inclusão social. Em resumo, a questão da retroatividade o diagnóstico de TEA para determinar a validade indeterminada de atestados ou laudos médicos é multifacetada e pode depender de uma série de fatores, incluindo a legislação específica do país.

Com base nas considerações acima, é possível argumentar que o reconhecimento da retroatividade do diagnóstico de TEN para determinar a validade indeterminada de atestados ou laudos que comprovem a existência de deficiência irreversível é uma medida coerente com os princípios legais de proteção aos direitos das pessoas com deficiência, sendo estes regulamentados pela lei nº1393/2018, a qual regulamenta no Município de Buritis-MG a política pública para garantir, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista-TEA e seus familiares. Noutro giro, impende esclarecer que é

Rua Jardim, 30 – Centro – Buritis-MG – CEP 38660-000

CNPJ 20.637.732/0001-02 – Tel (38) 3662-1527

www.buritis.mg.leg.br – camaraburitismg@gmail.com



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



desejável que o Município tenha certo controle sobre os recursos destinados às pessoas a quem concede direitos e benefícios e que, simultaneamente não faça exigências descabidas e desgastantes a quem já é bastante exigido. A proposição põe as coisas exatamente nessa condição. Verifica-se que o Autor não está atento para essa necessidade de se aferir a real condição da pessoa a quem destina benefícios, em pecúnia ou serviços, uma vez que estando o laudo com validade indeterminada, não poderia o Município fazer qualquer juízo de valor frente a sua interposição. Todavia, sob o enfoque da constitucionalidade formal, a proposição não apresenta vícios, porquanto observadas as regras pertinentes à competência do ente federativo municipal e iniciativa legislativa, ante o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Sob o aspecto da constitucionalidade material, também não se vislumbra maiores dificuldades, vez que o Projeto de Lei salvaguarda o interesse público, devendo os nobres edis, no mérito, analisar a pertinência do tema..

CONCLUSÃO

Isto posto, sou favorável ao Projeto de Lei nº 044/2024, de autoria da Vereadora Sibeles Santos de Freitas, por estar revestido de constitucionalidade, juridicidade e legalidade.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2024.

Nílvia Prisco Damasceno de Moura
Vereadora/Relatora